

Acordo para apressar a Constituinte

A futura Constituição vai estabelecer que o País terá um salário mínimo único, sendo proibido o seu uso como fator de indexação de preços e de orçamentos públicos; que a jornada semanal de trabalho será de 44 horas, ressalvadas situações objeto de acordo coletivo específico, e que os chamados "marajás" do setor público passarão a ter sua remuneração atrelada ao salário mais alto da carreira ou classe funcional.

É, em síntese, o que dizem as emendas aprovadas ontem no plenário, em votações sucessivas, por expressivas maiorias de parlamentares (mínimo de 324 votos entre 474 constituintes), conforme relata a editora Ana Cristina Magalhães, de Brasília.

Outra vez, como aconteceu na decisão sobre a questão da estabilidade no emprego, na terça-feira, ficou demonstrado que só um acordo entre a maioria do PMDB, PFL, PDS e PTB é capaz de produzir uma real aceleração no ritmo das votações da Constituinte.



Ulysses Guimarães

Ontem, no único momento em que não houve esse entendimento entre as forças majoritárias — especialmente o bloco do PMDB liderado pelo senador Mário Covas (PMDB-SP) e o grupo de tendência conservadora chamado "Centrão" —, prevaleceu o impasse. Foi na votação da jornada diária de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento. Mário Covas e o "Centrão" não conseguiram os 280 votos de que necessitavam. A saída foi uma fusão das propostas.

O quadro das votações nas últimas 48 horas sugere, portanto, que essa nova maioria no plenário está sendo motivada à aglutinação pelo interesse das diferentes facções políticas que a compõem em acelerar o ritmo da Constituinte, de forma a concluir a Carta antes do fim deste semestre.

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, está pagando um "preço" por tais acordos. Ontem, alguns parlamentares que seguiam sua liderança, mesmo sendo de outros partidos, em questões como estabilidade e jornada de trabalho, repetiram críticas, em discurso, acusando-o de "responsável pela derrota". "Ele traiu os trabalhadores", afirmou o deputado Juares Antunes (PDT-RJ). Um único pemedebista, Mário Lima (BA), subiu à tribuna para defender seu líder: "Ninguém poderia ter alimentado a ilusão de que a estabilidade no emprego seria aprovada", argumentou.

O resultado é que Mário Covas, que despontava como uma alternativa política do bloco político de esquerda da Constituinte para a sucessão do presidente José Sarney, passa a ter um espectro mais amplo de adversários. Uma situação que favorece as pretensões do deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Constituinte.

Ontem mesmo, Ulysses tentou uma aproximação com a facção de esquerda do PMDB que ameaça deixar o partido e somar-se a uma outra candidatura presidencial. Conversou longamente com o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), ex-ministro da Justiça, um dos primeiros a lançar a candidatura do falecido presidente Tancredo Neves.

Conforme apurou a editora Mariangela Hamu, em Brasília, Lyra deixou claro que existem pelo menos quarenta parlamentares do PMDB dispostos a sair do partido nos próximos dias. Levava no bolso, um rascunho de um manifesto em que anunciam o seu rompimento.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, os governadores Moreira Franco, Orestes Quércia e Newton Cardoso, reuniram-se e discutiram longamente o lançamento da candidatura de Ulysses. "Se ele for candidato terá o meu apoio, do Moreira e do Newton", disse Quércia ao editor Riomar Trindade, depois da reunião.